



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



Investigando a sala de aula de matemática com alunos incluídos: dando vozes a alguns envolvidos

Anna Paula de Oliveira Queiroz¹

Rayana de Oliveira França Carvalho²

Scarlett Andrade Pereira³

Erasto Piedade Alonso⁴

Resumo do trabalho. Esta pesquisa tem caráter qualitativo e pretendeu investigar a realidade da sala de aula em que aluno(s) com alguma diferença estejam incluídos identificando boas práticas pedagógicas, desafios e dificuldades enfrentadas por professores e mediadores no ensino de matemática. Para conhecer a realidade escolar de alunos com inclusão, realizamos entrevistas com professores, mediadores e cuidadores de duas escolas da baixada fluminense. Os resultados apontam que a educação inclusiva pode contribuir muito em questões sociais para alunos com deficiência, porém nem tanto em questões de aprendizagem. Além disso, falta de investimento em formação específica e contratação de profissionais para assistir os alunos pode comprometer a real inclusão prevista em leis.

Palavras-chave: inclusão; mediação; matemática; escola básica

Introdução

Este relato de experiência foi elaborado por alunos e orientador de um grupo de pesquisa do curso de licenciatura em matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Paracambi, no âmbito de um projeto de iniciação científica que os mesmos fazem parte. O projeto, que se intitula *Metodologias ativas no ensino de matemática: a sala de aula invertida*, se realizou de agosto de 2018 até julho do presente ano cujo objetivo foi o de pesquisar sobre metodologias ativas de ensino, em especial, a sala de aula invertida e investigar o uso dessas metodologias na procura de indícios de boas práticas pedagógicas para o ensino de matemática, tanto para o orientador quanto para os docentes em formação inicial.

¹ IFRJ, annapaula150419@gmail.com.

² IFRJ, rayana.franca.0810@gmail.com.

³ IFRJ, scarlettandrade14ed@gmail.com.

⁴ IFRJ, erasto.alonso@yahoo.com.br.



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



Ao pensarmos e estudarmos sobre educação em nosso grupo de pesquisa debatemos sobre algumas áreas relevantes, dentre as quais destacamos as metodologias ativas no âmbito da educação inclusiva em aulas de matemática. Questionamo-nos quanto à eficácia dessas estratégias de ensino no auxílio à comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem envolvendo alunos alguma deficiência.

Nesse panorama, *o objetivo deste trabalho é o de investigar a realidade da sala de aula em que aluno(s) com alguma diferença estejam incluídos identificando boas práticas pedagógicas, desafios e dificuldades enfrentadas por professores e mediadores no ensino de matemática.* Para tal, planejamos entrevistas com alguns desses profissionais para entendermos com mais detalhes como costumam ser preparadas as aulas, os materiais didáticos, como são os relacionamentos entre professor e os alunos com diferença, entre mediador e os alunos com diferença, entre professor e o mediador e também as opiniões de professores e mediadores sobre a educação inclusiva, suas práticas e ações em sala de aula.

Contudo, antes de analisarmos as entrevistas, trazemos na primeira e segunda seções deste trabalho um estudo sobre algumas leis que regulamentam e direcionam a inclusão, bem como algumas reflexões pedagógicas a respeito da mesma.

Leis e algumas reflexões sobre a Educação Inclusiva

A lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LIB) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, tem como intuito o ingresso de pessoas com necessidades especiais a turmas regulares, recebendo um serviço educacional de qualidade e com máximo aproveitamento de suas habilidades, promovendo um ambiente diverso e com igualdade, como expõe seu artigo 27 a seguir:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, LBI, 2015)

No entanto, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 já era vista essa preocupação com a educação especial. Em seu artigo 58, lemos:



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, LDBN, 1996)

Em 1996, foram criados parâmetros para incentivar o ingresso de pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares, visto que os índices de matrícula eram baixos. Todavia, existia a possibilidade da escola encaminhar o estudante para uma turma especial, ou até a transferência pra uma escola especializada.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. (Brasil, LDBN, 1996)

A partir da LBI, todas as instituições de ensino tiveram que trabalhar de maneira inclusiva, com todas as formas de deficiência, suprimindo todas as necessidades que o aluno possa ter. Além disso, uma das especificações para o cumprimento da lei é a exigência de professores e profissionais qualificados para trabalharem com esse público alvo. No entanto, fica a cargo do estado a capacitação desses docentes, servidores e profissionais, como vemos explicitado no artigo 28 dessa lei:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; (Brasil, LBI, 2015)

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; (Brasil, LBI, 2015)

Estando sujeito a punição caso recuse a prestação de serviços para o aluno com deficiência.

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa:

I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência; (Brasil, LBI, 2015)

Há alguns fatores na escola com alunos incluídos que muitos acreditam poder segregar ainda mais esses alunos, principalmente pela a falta de preparação dos professores e profissionais de apoio:



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



Ensinar é um ato coletivo, no qual o professor disponibiliza a todos alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento. Ao invés de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças. (GOMES, 2007, p. 17)

[...] no ensino dos planetas do sistema solar é comum o professor selecionar uma atividade de leitura e interpretação de textos para todos os alunos, cabendo àquele com deficiência mental apenas colorir um dos planetas em folha mimeografada. (GOMES, 2007, p. 18)

A perspectiva inclusiva não considera a segregação educacional. Agrega-se ainda o fato de se sustentar a ideia de respeitar as diferenças dos estudantes na escola de educação básica, e, portanto, ter como objetivo maior a convivência e sociabilidade entre os estudantes. É importante ressaltar que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular não significa somente a convivência com outros alunos, mas no pleno desenvolvimento social, cognitivo e cultural, com suas diferenças e necessidades respeitadas e atendidas.

Pesquisas do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) revelam o crescente número de alunos com necessidades especiais nas escolas: “57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídas em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%” (INEP, 2016, p.4).

Com isso, professores e diretores ocupam lugares fundamentais nesse processo, sendo eles os principais movimentadores do sistema educacional. Aos diretores cabem os procedimentos administrativos e aos professores a efetiva vivência e prática da educação.

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes dêem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional. (RODRIGUES 2006 p. 2)

Entrevistas e análise dos dados

Nesta pesquisa, foram entrevistados individualmente dois professores e três mediadores em duas escolas da baixada fluminense, uma no município de Paracambi e outra em Queimados. Enquanto na primeira escola foram entrevistados um professor de



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



matemática e um mediador, na segunda foram um professor de matemática e dois mediadores.

Como se tratam de contextos diferentes, dividiremos as descrições e análises das entrevistas em dois blocos separados pelas escolas onde as entrevistas ocorreram. Elaboramos as perguntas com intuito de conhecer as formações acadêmicas dos profissionais envolvidos, bem como suas práticas escolares no âmbito da inclusão de alunos com deficiência.

Escola municipal de Paracambi

Nessa escola, entrevistamos um tutor e um professor de matemática. Conhecemos essa escola e esses profissionais por alguns dos alunos de licenciatura em matemática participarem do PIBID⁵ nessa escola. Atualmente, dois alunos com alguma deficiência constatada em laudo são atendidos por esses profissionais em aula.

A professora se graduou em matemática em 2004, teve outras experiências profissionais com a docência em matemática, porém trabalha nesta escola do município de Paracambi há apenas dois anos. Essa professora teve conhecimento do quadro dos alunos deficientes em uma reunião pedagógica do ano tendo dois meses após o início das aulas. Esses alunos foram diagnosticados com TDAH, um com sérias dificuldades de concentração e aprendizagem e o outro com graves problemas comportamental.

Ela reclamou da falta de comunicação prévia desta situação, pois, em sua opinião, o ideal seria se o professor soubesse quando um aluno exige uma atenção especial com bastante antecedência.

A mediadora era professora dos anos iniciais do ensino fundamental e está a três anos fazendo o acompanhamento de alunos de inclusão desde que foi aprovada no concurso para Paracambi. Ela trabalha a dois anos nesta escola e não teve experiência com crianças especiais antes do início da sua carreira de mediadora.

Uma das crianças tinha reputação de ser agressiva, o que deixou a professora receosa no início do ano letivo. Porém, com o passar do tempo ela percebeu que esta não

⁵ PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



seria a realidade do aluno. A professora acha que é necessário um contato maior com as outras crianças, já que passa a maior parte do tempo com a mediadora.

Normalmente, os conteúdos curriculares e atividades avaliativas são os mesmos para todos os alunos. Devido à intervenção da mediadora, houve apenas uma prova que foi adaptada para um deles, já que este estava com muita dificuldade após uma mudança na dose do seu medicamento. Todavia, na maioria das matérias e conteúdos, sempre são disponibilizadas as mesmas provas e conseguem um bom desempenho.

Dentro da sala de aula, cada uma trabalha com suas atividades. A mediadora busca deixar o controle da sala com a professora, não havendo, assim, uma comunicação entre elas sobre o planejamento da aula. A mediadora acredita que a mediação é bastante necessária, e que em alguns casos é preciso ser dada uma atenção maior ao aluno deficiente.

Ambas mostram um apoio à lei de inclusão, mas a professora questiona o uso de mediação, já que não há uma obrigatoriedade de capacitação, e afirma que há casos que não se precisa de mediação constante, pois o professor conseguiria trabalhar de forma adequada com o aluno. A interação entre os alunos regulares e o aluno incluído não é observada pela professora na turma em que está trabalhando atualmente com alunos deficiência. Ela vê que a mediadora como uma facilitadora, mas que sua interação com os alunos especiais diminui a relação deles com as outras crianças, dizendo que: “Ao mesmo tempo que vejo a mediadora como facilitadora para o aluno, a relação entre mediadora e aluno de inclusão atrapalha a inclusão entre os colegas de turma”.

Escola Municipal de Queimados

Nessa escola entrevistamos dois tutores e um professor de matemática. Essa escola possui quatro alunos alguma deficiência constatada em laudo que esses profissionais atendem em aula.

Em relação ao conhecimento prévio do aluno e sobre suas necessidades especiais, o mediador afirmou não ter recebido informações prévias do aluno antes do início das aulas, mas sim no seu primeiro encontro com o estudante que foi no primeiro dia de aula. Com o



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



decorrer do tempo o aluno, segundo o cuidador, se apegou a este de tal forma que se o tutor faltar, o aluno tutoreado por ele sente tanta falta que não consegue ficar na sala.

Quando se fala do trabalho na prática e sobre as dificuldades dos alunos em relação ao conteúdo, o cuidador diz que um de seus tutoreados com deficiência mental leve, que tem entre 12 e 13 anos, consegue fazer algumas atividades com adaptações, questões que envolvam dinheiro, moedas, soma e subtração: “A gente trabalha na maioria das vezes com pintura e coisa lúdica que são coisas que chamam mais atenção.” (cuidador A).

Na rede municipal de Queimados, a obrigação de fornecer os materiais para todos os alunos é do professor, e não há diálogo prévio entre o professor e o tutor na construção deles. O material didático de matemática que o professor traz para os alunos especiais precisa ser, quase sempre, adaptado, pois o professor por não conhecê-los bem, produz um material inadequado para alunos com certa necessidade especial. Para este tutor, os matérias de matemática deveriam se melhores adaptados para esses alunos, pois “a matemática, em especial, é muito técnica, com material muito carregado, mas as outras matérias como Geografia e História ele consegue se sair melhor.” (Cuidador A)

Quando perguntado se de alguma forma ele se prepara antes das aulas, ele declara que por conta de sua formação em psicologia ele se prepara por saber que é preciso, mas que como tutor não tem nenhum suporte pedagógico do município, escola ou algum colega de trabalho:

A gente até tem algumas palestras de formação durante o período que estamos aqui, mas uma formação própria nossa não temos. Por exemplo, alguns tutores são formados em pedagogia então eles usam seus conhecimentos na área, agora dependendo da rede e da escola é muito difícil. (Cuidador A)

Ele acredita que isso ocorra, pois, o concurso para tutor não exigiu qualquer pré-requisito em área específica de mediação ou mesmo educação, apenas formação do ensino médio. Ele relatou que muitas pessoas apenas chegam e querem fazer o seu trabalho do dia não se preparam previamente.

Em relação ao conteúdo e a interação do aluno que ele cuida, ele afirma que tem sido bem produtivo.

Eu e toda a equipe já percebemos um grande avanço nele. Há grande diferença no aluno que tem um acompanhante e o que não tem. A possibilidade de ter um



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



tutor lhe garante uma evolução bem produtivas, diferentes dos alunos que não tem tutor. (Cuidador A)

Porém, quando questionado sobre o nível dos alunos regulares e especial, diz ser muito diferente:

Hoje se eu e fizer uma comparação e nível de conhecimento, o meu aluno estaria no 1º ano do ensino fundamental e a série que ele ocupa é o 8º ano. (Cuidador A)

Mas acredita que ele estar com os alunos do 8º ano da idade dele o ajuda em questões comportamentais e sociais.

Quando perguntado se conhece a lei de inclusão e qual sua opinião sobre ela, ele diz conhecer e continua:

Eu acredito que deveria haver um equilíbrio, as classes específicas para necessidades especiais em questão cognitiva e de aprendizado são a melhor opção para o aluno, mas na questão social não são. Escolas regulares com classes específicas seria o equilíbrio. A escola regular não tem estrutura e nem condições para acolher alunos especiais, as turmas cheias não dão condição para o professor dar atenção a todo mundo, o foco do professor não é aluno com necessidade específica, pois os outros alunos que vão promover dados para a secretaria de educação. A escola regular não foi feita para o aluno especial, ele conquistou o direito de estar lá, o aluno especial foi jogado na turma regular. (Cuidador A)

A cuidadora B tem 31 anos e está concluindo a formação em Licenciatura em Matemática na UFRRJ e na escola ela exerce o papel de cuidadora há nove meses. Ela se mostrou bastante tímida no começo da entrevista, mas em seu decorrer se mostrou bastante receptiva e aberta, relatando problemas recorrentes na escola e com os alunos, ratificando que ela não é a tutora da criança, mas sim a cuidadora, desenvolvendo, assim, vários papéis com relação à criança.

Antes de iniciar o trabalho nessa escola, ela nunca havia tido contato com crianças especiais, o primeiro contato foi nessa escola. Segundo ela, no primeiro contato ela sentiu um pouco de medo. Uma das crianças que ela tem cuidado durante as aulas tem deficiência mental e tem 17 anos. No começo de seu trabalho, ela não conseguia nenhuma comunicação como este aluno, mas atualmente ela consegue ter um pouco de contato.

Apesar de não ser sua função, ela diz que “são os cuidadores que acabam sendo professores para esses alunos”. A entrevistada relatou que traz materiais para os alunos. Segundo ela, alguns professores colaboram, mas é ela que procura algumas atividades para



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



a aluna. Ela não planeja a aula nem sozinha e nem em conjunto com a professora. Ela busca o material que os professores já tem, tentando adaptá-los para os alunos especiais. Segundo a cuidadora B, geralmente as crianças especiais não tem uma interação com o professor ou professora, uma vez que a professora direciona sua atenção aos alunos regulares, deixando a aprendizagem desses alunos a cargo da cuidadora. Não tem avaliação para as crianças especiais é só a interação e o comportamento na sala de aula em relação aos demais alunos, não tem nota é avaliação de desempenho mesmo.

Ela cuida de quatro crianças especiais, porém segundo a secretaria de educação ela teria apenas uma criança para cuidar e alertam que “teriam que ter muito mais cuidadores”. Ela relatou que só recebem o auxílio de transporte para uma condução e no caso ela gasta duas passagens, pois mora em outro município. Na primeira chamada do concurso para ser cuidador 70 pessoas foram convocadas para o município, mas somente 36 permaneceram no cargo. De acordo com ela, os cuidadores são uma mão de obra mais barata, porque a prefeitura na verdade quer que eles desempenhem o papel de mediador.

A cuidadora conhece a lei, mas acha que não funciona porque o professor não tem como cuidar e se dedicar ao aluno exclusivamente, tem que ter realmente uma pessoa para se dedicar a apenas aquele aluno especial. Segundo ela, de acordo com a realidade da escola em que trabalha, a inclusão “não funciona e que é tudo uma farsa e que os alunos são esquecidos, a lei só serve pra dar uma justificativa”

A professora de matemática entrevistada é licenciada em matemática e tem pós em gestão pedagógica e educação infantil e trabalha a dois anos na escola. Já trabalhou com crianças especiais, contudo nessa escola ela tem quatro crianças especiais com o laudo, de series diferentes. Essas crianças tem desde deficiência moderada até grave. As crianças apresentam deficiência mental, síndrome de down e autismo. Segundo ela, para cada aluno “são trabalhos totalmente diferenciados e é um desafio, cada dia é um aprendizado”. Duas das crianças com quem ela trabalha tem cuidador, que auxilia, dá suporte e a ajuda em sala de aula com os alunos com deficiência.



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



O primeiro contato com as crianças na escola foi durante as aulas, pois ninguém lhe falou previamente. Segundo ela: “às vezes as pessoas nem sabem e a família é muito negligente, os professores é que vão percebendo e vão investigando”.

A professora relatou, também, que os alunos abraçaram muito a causa da menina, que eles entendem que ela é especial e a relação deles é muito boa. Sobre isso, a professora disse:

“ano passado eu fiz uma atividade com jogos em que os alunos tinham que confeccionar jogos, ai tinha uns jogos muitos simples, ai eu falei ‘ai gente que jogos simples’, ai eles falaram ‘ai professora a gente fez pensando no Anderson’ (que é o aluno especial da sala deles)”

Em relação às atividades, a professora diz que realmente o trabalho deles tem que ser diferenciado na maior parte das vezes, pois não é sempre que consegue propor atividades que todos consigam fazer juntos.

No que diz respeito ao planejamento escolar, ela faz primeiro o planejamento anual, dividido em bimestres que contém aquilo que é esperado que o aluno consiga durante o ano. A partir desse planejamento ela disse que vai preparando as atividades conforme a necessidade de cada um. Ela acrescenta que:

Para uns alunos eu preparo muitos exercícios com contagem, colagem. Eu tenho uma aluna, essa que tem deficiência intelectual, que eu tenho que trabalhar até a pinça, o alinhavo. Já tem o outro aluno que ele é muito agitado que eu tenho que trabalhar mais com o concreto, com dinheirinho, dizer que ele vai vender alguma coisa pela escola. Eles são diferentes. Já para o autista eu tenho que dar uma atenção bem direcionada a ele porque se você explicar muito ele se perde, tem que ser mais centrada, se não ele não consegue.

Em relação à avaliação, ela relatou que faz avaliações diferenciadas pra eles para eles estarem participando do momento de prova, mas que na verdade a avaliação deles é feita através de relatório. E contou que ela

faz relatório dos alunos. Eles não tem notas e esses alunos que tem laudo não tem notas. Eu faço uma avaliação diferenciada pra eles porque eles veem os colegas fazendo e eles querem mas não que isso vá classificar eles, a gente tem um caderno com observações dos alunos

A relação da professora com o cuidador foi descrita como muito boa, dizendo que eles estão “sempre em parceria. Esses relatórios aqui eu passo pra eles lerem porque ai eu falo: ‘o que vocês acham?’, e ai colabora sempre com a gente”.



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



A respeito da lei de inclusão, a professora diz que existem muitos pontos de vista e que ela tem argumentos favoráveis e contrários a inclusão que ela concorda, como podemos verificar em um trecho de sua fala destacado a seguir:

Existem muitas controvérsias. O aluno tem que ter esse convívio social, mas ele tem que ter algo além também, tem que ter mais sala de recurso, igual aqui no município a gente tem mas tem que ter mais porque a gente sabe que eles tem capacidade.

[...] quem tem a sala de recursos já vai focar naqueles alunos que ela vai atender, não vai ter uma turma de 40 que a gente entra e daqui a 50 minutos você tem que sair, você entra já pensando que tem que dar o conteúdo, que tem que fazer a chamada, que tem que corrigir caderno. A gente quer, mas tem hora que precisa de um material e a gente fica assim perdido.

Considerações finais

A educação inclusiva mesmo encontrando ainda muitas dificuldades busca resgatar valores sociais fundamentais que condizem aos direitos fundamentais dos cidadãos. Pois a inclusão desses alunos possibilita o resgate da cidadania e perspectivas existenciais. A Constituição Federal em seu artigo 205 define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. As leis garantem direito a uma educação que pretende ser inclusiva para alunos com necessidades especiais, porém muitas vezes a inclusão não ocorre de fato dentro da sala de aula. E a falta de recursos e profissionais qualificados tem sido a principal causa de separação destes alunos.

A comunidade escolar poderia informar previamente os docentes e tutores/mediadores/cuidadores sobre alunos com necessidades especiais previamente, não depois do primeiro contato com o aluno. Além disso, não existe e não lhes é exigido qualquer tipo de planejamento no que diz respeito aos materiais e preparação pedagógica para no caminho de uma aprendizagem efetiva pelos alunos especiais.

Os alunos com necessidades especiais geralmente mostraram muito apego ao cuidador/mediador, passar mais tempo com o mesmo, e quase um desconhecimento em alguns casos por parte do professor. Isso se reflete na produção equivocada de material didático pelos professores para os alunos, pois os primeiros não conhecem os alunos necessitados de seu auxílio, deixando esse fardo para os cuidadores que não deveriam ter



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



esse papel, mas o fazem, nobremente, para colaborar com a aprendizagem dos alunos, mesmo não havendo diálogo prévio entre o professor e o tutor na construção deles.

Finalizamos este trabalho refletindo sobre as falas de alguns que trabalham com alunos incluídos que constantemente são desafiadas pelas condições de trabalho que vivenciam. De acordo com o que ouvimos, resumimos que a inclusão ajuda em questões comportamentais e sociais, porém em questão de aprendizagem a inclusão está completamente fora de conseguir atingir seu objetivo. As dificuldades enfrentadas pelos profissionais entrevistados nos indicam alguns pontos principais para mudar esse quadro: a importância de ser ter profissionais de mediação com formação condizente com a sua atuação; investimento em formação continuada para professores que atuam ou possam atuar no futuro com alunos com alguma deficiência; investimento no professor e no mediador, proporcionando horários para planejamento em conjunto; organização escolar para que sejam compartilhados os casos de alunos com deficiência; valorização salarial para mediadores e professores para que não haja tanta desistência do cargo em razão de baixos salários; construção de mais locais de atendimento e salas com adaptações necessárias para atender a toda população de alunos com deficiência; e, um maior cuidado e atenção com alunos necessitados.

Referências

BRASIL, Leis et al. Lei No. 9394/96. **LDB**, de, v. 20, 1996.

BRASIL, L. D. B. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 04/09/2019, v. 30, 2015.

GOMES, A. et al. **Atendimento educacional especializado: deficiência mental**. São Paulo: Mec/Seesp, 2007.

INEP, **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, 2016.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva**. Revista Integração, v. 10, n. 20, p. 37-40, 1998.

PEREIRA, Maria Hila. **Educação inclusiva**. 2017.

RODRIGUES, David. **Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p. 299-318, 2006.



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



SANCHES, Isabel. **Comprender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva.** Revista lusófona de educação, n. 5, p. 127-142, 2005.